



QUADRO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O REFORÇO DE CAPACIDADES PARA REDUÇÃO DOS RISCOS DE CATÁSTROFES EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2016-2019

Junho 2016

Nota introdutória

Contexto

O Governo de São Tomé e Príncipe, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, leva a cabo diversas actividades para reforçar as suas capacidades com o objectivo de integrar as medidas preventivas de redução de riscos de catástrofes no planeamento do desenvolvimento nacional e sectorial do país, bem como, de estar melhor preparados para responder às catástrofes quando elas ocorrem. A apropriação nacional pelo Governo de São Tomé e Príncipe, a este respeito, exige que as capacidades humanas e técnicas sejam asseguradas, que um sistema jurídico e da boa governação seja funcional, e que os recursos estejam disponíveis para reduzir os riscos existentes, de modo a evitar a criação de novos riscos e reforçar a preparação para uma resposta eficaz às catástrofes.

De Fevereiro a Maio de 2015, um processo de avaliação das capacidades nacionais multisectorial foi realizado sob a liderança do Governo através do Conselho Nacional para a Preparação e Resposta a Catástrofes (CONPREC), e apoiados pelo sistema das Nações Unidas através da sua Equipa do País e as agências membros da iniciativa para o reforço das capacidades no domínio da redução de riscos de catástrofes (CADRI). Essa avaliação permitiu a articulação de um conjunto de recomendações sobre as acções prioritárias para serem realizadas, de modo a melhorar as capacidades existentes e mobilizar as capacidades necessárias para preencher as lacunas. O relatório final de avaliação foi aprovado pelas autoridades e seus parceiros em Maio de 2015 [Veja "RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE AS CAPACIDADES NACIONAIS PARA A REDUÇÃO DE RISCOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE"].

Quadro de Acção Nacional para o reforço das capacidades para a redução do risco de catástrofes

A avaliação das capacidades nacionais deu sequência à elaboração do Quadro de Acção Nacional de Capacitação para a Redução do Risco de Catástrofes (2016-2019). O Quadro de Acção serve como um quadro para a implementação das disposições do Quadro Internacional para a Redução de Riscos de Catástrofes de Sendai (2015-2030), cujo governo é signatário e que segue o Quadro de Acção de Hyogo (2005-2015)

[Ver: http://www.wcdrr.org/uploads/Sendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_2015-2030.pdf].

O desafio de capacitação a todos os níveis (estratégico, técnico - material, humano e financeiro) no domínio da redução de riscos de catástrofes é ainda existente. É nessa óptica, que o Quadro de Acção Nacional se propõe o objectivo principal:

"Através da implementação de acções prioritárias no âmbito do Quadro de Acção Nacional, São Tomé e Príncipe pretende conseguir uma redução substancial de perdas e riscos relacionados a catástrofes em termos de vidas humanas, danos aos meios de subsistência e saúde das pessoas, e às violações dos bens económicos, direitos físicos, sociais, culturais e ambientais de particulares, empresas e comunidades. "

Para atingir este objectivo, o Governo de São Tomé e Príncipe compromete-se em reforçar as suas capacidades de implementação das acções agrupadas em quatro prioridades de acordo ao seguimento do Quadro de Sendai:

Prioridade 1: Compreensão sobre os riscos de catástrofes

Resultado esperado: As políticas e práticas para a redução e gestão dos riscos de catástrofes em São Tomé e Príncipe são baseados numa compreensão do risco de catástrofe em todas as suas dimensões (a vulnerabilidade, a capacidade e a exposição de pessoas e bens, riscos e meio ambiente).

Prioridade 2: Reforçar a governação e as instituições para gerir os riscos de catástrofes

Resultado esperado: São Tomé e Príncipe tem adoptado um sistema de governação de gestão de riscos de catástrofes para a prevenção, preparação, resposta e recuperação que se baseia na colaboração e parceria entre as instituições para facilitar a aplicação efectiva das medidas relevantes aos riscos de catástrofes.

Prioridade 3: Investir na resiliência económica, social, cultural e ambiental

Resultado esperado: O investimento público e privado na prevenção de catástrofes e redução de riscos em São Tomé e Príncipe é feito através de uma abordagem integrada de medidas estruturais e não-estruturais para o desenvolvimento

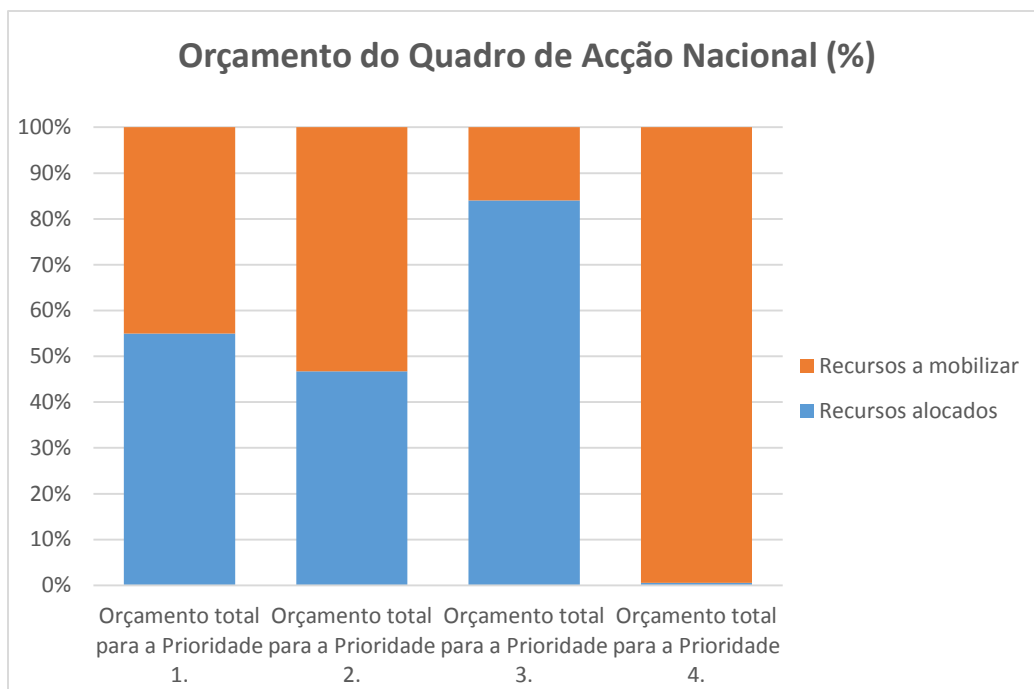
em todos os sectores prioritários, a fim de reforçar a resiliência económica, social, cultural das pessoas, das comunidades, e seus activos.

Prioridade 4: Reforçar o estado da preparação para responder às catástrofes de forma eficaz e para "reconstruir melhor" durante a fase de recuperação, de reabilitação e reconstrução

Resultado esperado: São Tomé e Príncipe estabeleceu as capacidades adequadas para fortalecer a condição de preparação para responder às catástrofes de forma eficaz e para "melhor reconstruir" durante a fase de recuperação, de reabilitação e de reconstrução.

Orçamento do Quadro de Acção Nacional

Orçamento do Quadro de Acção Nacional para o reforço das capacidades na redução do risco de catástrofes em São Tomé e Príncipe			
	Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 1.	1.665.000	915.000	750.000 (45%)
Orçamento total para a Prioridade 2.	283.500	132.500	151.000 (53%)
Orçamento total para a Prioridade 3.	7.252.000	6.095.000	1.157.000 (16%)
--- I. Medidas estruturais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas	6.000.000	6.000.000	0
--- II. Sector da agricultura, pescas, segurança alimentar.	636.000	0	636.000
--- III. Medidas de prevenção no sector do planeamento do uso da terra, planeamento urbano	63.000	0	63.000
--- IV. Medidas de prevenção no sector da água, saneamento e higiene	40.000	0	40.000
--- V. Medidas de prevenção no sector da saúde	33.000	0	33.000
--- VI. Medidas de prevenção no sector do turismo	52.000	0	52.000
--- VII. Medidas para empoderamento da Mulher e a igualdade de género	38.000	0	38.000
--- VIII. Protecção e conservação ambiental	390.000	95.000	295.000
Orçamento total para a Prioridade 4.	1.748.500	10.000	1.738.500 (99.4%)
Orçamento total Quadro de Acção Nacional	10.949.000	7.152.500	3.796.500



Processo de desenvolvimento do Quadro de Acção Nacional

A elaboração do Quadro de Acção Nacional foi baseada em:

- Recomendações do relatório de avaliação das capacidades nacionais na redução de riscos aprovada pelo Governo de São Tomé e Príncipe através de um processo de avaliação das capacidades multisectorial e interagências (fevereiro-maio 2015) e um atelier nacional de validação (12 de maio de 2015);
- Uma série de reuniões com cerca de 60 estruturas governamentais e não-governamentais ao nível central e local, directa ou indirectamente envolvidas na Redução de Riscos de Catástrofes para recolher dados e documentos de planeamento, Quadros de acção, documentos de projectos, etc (a partir das duas missões interagências de 16 a 27 de fevereiro e de 11 a 22 maio de 2015);
- Elaboração de um Quadro de Acção Nacional no seio de um grupo de trabalho envolvendo os principais actores num atelier nacional de dois dias (20-21 de maio de 2015);
- A revisão do Quadro de Acção por todas as instituições envolvidas e a consolidação das contribuições complementares numa versão final submetida para validação.
- A validação do Quadro de Acção através de um atelier nacional de dois dias (7 e 8 de junho de 2016) envolvendo todas as partes interessadas na temática da redução de riscos de catástrofes.

Prioridade 1: Compreensão dos riscos de catástrofes

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceiro (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
Prioridade 1: Compreensão acerca dos riscos de catástrofes										
<i>Resultado esperado: As políticas e práticas para a redução e gestão dos riscos de catástrofes (incluindo os riscos associados à variabilidade e mudanças climáticas), em São Tomé e Príncipe são baseadas n uma compreensão do risco de catástrofe em todas as suas dimensões (a vulnerabilidade, a capacidade e a exposição de pessoas e bens, riscos e meio ambiente).</i>										
1. Adoptar e utilizar uma metodologia unificada para a avaliação e a monitoria do risco e assegurar formação.	1.1. Com base em metodologias existentes em outros países, adoptar e utilizar uma metodologia unificada para a identificação, mapeamento e monitorização dos riscos em todo o país.	CONPREC	INM DGRNE INIC		X			15.000	0	15.000
	1.2. Comprar, instalar, manter e utilizar uma aplicação automatizada/ informática para a avaliação de riscos que permita a monitoria regular do risco.	CONPREC INIC	INM DGRNE Hidrologia Geologia		X	X	X	270.000 Comprar e instalar uma aplicação Formação de dois técnicos para manter a aplicação	70.000 Projecto Alerta Precoce/ PNUD	200.000
	1.3. Organizar um programa de formação para elevar as competências a todos os níveis das direcções das agências técnicas nacionais para a avaliação do risco.	CONPREC	INM Hidrologia Geologia DGRNE		X	X	X	25.000	25.000 Projecto Alerta Precoce/PNUD	0
2. Assegurar que a proposta de lei RRC inclua disposições legais para a avaliação e monitorização do	2.1. Assegurar que a proposta de lei RRC inclua disposições legais para a avaliação e monitorização do risco de catástrofes e concertação e arranjos institucionais para a avaliação e monitorização do risco com clara identificação dos papéis e	CONPREC, MAI	Governo, Assembleia Nacional, Ministério de Justiça (Gabinete de Estudos)	X	X			10.000 Consultor nacional	0	10.000 Banco Mundial Cruz Vermelha Internacional

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceiro (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
risco de catástrofes.	responsabilidades das várias instituições técnicas. 2.2. Organização do um atelier		DGRNE/ INM/ DGA/ DSGC Outros membros da plataforma.							
3. Um sistema de alerta precoce e funcional.	3.1. Criação de um sistema de alerta precoce 3.2. Criação de um manual de validação de riscos 3.3. Criação de um comité multisectorial 3.4. Criação de um sistema de disseminação das informações	CONPREC	INM DGRNE DGA	X	X			300.000	300.000	0 Projecto Alerta Precoce/PNUD
4. A melhorar e reforçar o perfil nacional do risco baseado de numa avaliação clara	4.1. Actualizar o perfil de risco de catástrofes ao nível nacional.	CONPREC DGA INM / DGRNE	Todos membros da Plataforma		X			150.000	0	150.000 PNUD Banco Mundial Outros parceiros
	4.2. Armazenar e actualizar os dados e informações do perfil				X	X	X	5.000	0	5.000 PNUD Banco Mundial Outros parceiros
	4.3. Reforçar as capacidades do Observatório nacional de modo que as informações sejam do perfil nacional de risco acessíveis				X	X	X	40.000	10.000	30.000 Projecto Alerta Precoce/PNUD
	4.4. Elaboração de um documento onde conste diferentes estudos realizados, de modo a ser adotado pelos órgãos decisores.				X			45.000	5.000	40.000 Projecto Alerta Precoce/PNUD
5. Ter uma base de dados operacional e estabelecer um sistema de troca e disseminação de informações	5.1. Estabelecer uma base de dados central ao nível do CONPREC, com um sistema de Backup. 5.2. Criação de um manual de normas e procedimentos para a gestão de dados.	CONPREC INIC DGA	Todos membros da plataforma		X	X	X	400.000	400.000	0 Projeto Alerta Precoce/PNUD

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceiro (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	5.3. Criação de um sistema de rede entre as Instituições afectas. 5.4. Criar protocolos de trocas sistemáticas e obrigatórias de informações entre os geradores de dados sobre os perigos e riscos									
6. Desenvolver campanhas de consciencialização pública e acções de sensibilização sobre os riscos de catástrofes	6.1. Realizar programas, radiofónicos e televisivos que informam sobre a previsão hidrometeorológica (sistema de alerta precoce). 6.2. Programar campanhas de sensibilização através dos medias, ONGs, companhias de telecomunicações. 6.3. Criação de um dia nacional RRC.	CONPREC / INIC DGA~ Min Educação	DGA / Comunicação Social ONG Comités locais de gestão de risco	X	X	X	X	150.000	0	150.000 Outros parceiros
7. Reforçar o sistema de educação formal	7.1. Reforço de capacidades do Ministério de Educação para reinserir no currículo escolar o tema direccionado às catástrofes naturais. 7.2. Validação do manual de formação do comité local. 7.3. Criação de um programa de formação e intercâmbio com as universidades e instituições de ensino superior	Ministério de Educação	CONPREC INM / DGRNE UNICEF UNESCO UN-Habitat		X	X	X	150.000 Formações Atelier Manual de formação	0	150.000 Governo UNICEF Outros parceiros
8. Estabelecer programas de desenvolvimento do pessoal técnico das instituições.	8.1. Formação e capacitação dos quadros técnicos das Instituições.	CONPREC	INM DGRNE Direcção de Ambiente		X	X		100.000	100.000	0 Projecto Alerta Precoce/PNUD
	8.2. Traduzir a terminologia internacional no domínio da RRC em português, impressão de folhetos e divulgar às instituições.	CONPREC	Min Educ /		X			5.000	5.000	0 Projecto Alerta Precoce/PNUD
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 1.								1.665.000	915.000	750.000

Prioridade 2: Reforçar a governação e as instituições para gerir os riscos de catástrofes

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
Prioridade 2: Reforçar a governação e as instituições para gerir os riscos de catástrofes										
<i>Resultado esperado: São Tomé e Príncipe tem adotado um sistema de governação de gestão de riscos de catástrofes para a prevenção, preparação, resposta e recuperação que se baseia na colaboração e parceria entre as instituições para facilitar a aplicação efetivadas medidas relevantes aos riscos de catástrofes (incluindo os riscos associados à variabilidade e mudanças climáticas)</i>										
1. Apropriação de Órgão de Soberania, poder local e regional sobre as leis e regulamentos da RRC.	1.1. Organizar um atelier de sensibilização para Assembleia Nacional, Governos e magistrados 1.2. Organizar um encontro de trabalho com Orgão de Soberania 1.3. Organizar um encontro com o Poder Local e Regional	CONPREC	Assembleia Nacional P. República Governo Poder Local e Regional PNUD	X	X			37.500	37.500 Projecto Alerta Precoce/PNUD	0
2. Criação da Lei Nacional em RRC	2.1. Desenvolver e aplicar a legislação nacional sobre a RRC que contenha a referência a todos os elementos do ciclo de gestão do risco de catástrofes (prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação, reconstrução) e inclui a definição clara dos mandatos, competência e atribuições das instituições responsáveis por cada área de actividade para evitar duplicação de mandatos e funções. Para esta actividade, é necessário: i. Constituir uma Comissão ad-hoc multisectorial ii. Contratar um consultor iii. Organizar sessões de trabalho com a Comissão ad-hoc multisectorial iv. Finalizar o projeto de lei RRC para a transmissão à Assembleia Nacional	Comissão ad-hoc multisectorial composta por todas as instituições Técnicos do CONPREC	CONPREC PNUD	X				20.000 Consultor nacional	10.000 (Governo) 10.000 (PNUD)	0

	2.2. Validar/ Aprovar a Lei pela Assembleia Nacional	Assembleia Nacional	CONPREC	X	X	X		0	0	0
3. Desenvolver uma Política nacional RRC e uma Estratégia nacional RRC	3.1. Baseada na nova legislação, desenvolver uma Política nacional RRC e uma Estratégia nacional RRC que objectivamente estabeleça competências e atribuições, acções prioritárias, recursos necessários para a implementação das medidas de redução do risco de catástrofes, incluindo ao nível sectorial. Assegurar que a Política e a Estratégia reflectem o risco ligado a variabilidade climática e às mudanças climáticas incluindo para portadores de deficiência e os mais vulneráveis Para esta actividade, é necessário: i. Constituir um Grupo de trabalho multisectorial para desenvolver a Política e a Estratégia ii. Contratar um consultor iii. Organizar sessões de trabalho com Grupo de trabalho iv. Finalizar o projeto de Política e Estratégia	Grupo de trabalho multisectorial Técnicos da CONPREC Associação portadores deficientes físicos	CONPREC Governo		X	X		20.000 Consultor nacional	20.000 Projecto Alerta Precoce/PNUD	0
	3.2. Validar e disseminar Política e Estratégia de RRC Para esta actividade, é necessário: i. Organizar um atelier para discussão da Política e a Estratégia de RRC ii. Disseminar a Política e a Estratégia de RRC a todas as instituições	CONPREC			X			5.000	5.000 PNUD	0
	3.3. Aprovar Política e Estratégia de RRC	Governo			X			0	0	0
	3.3. Actualizar e estruturar o NAPA nos programas do RRC	Comissão para as Mudanças Climáticas	CONPREC			X	X	10.000	10.000 Projecto Alerta Precoce/PNUD	0
4. Desenvolver um Quadro de	4.1. Criação e aprovação de Plano de Acção Nacional para Redução de Riscos de Catástrofes de 2016 a 2019.	Grupo de trabalho multisectorial	PNUD e os Ministérios de Tutela MAI	X				10.000	10.000	0

Acção Nacional para a RRC		Técnicos da CONPREC							Projecto Alerta Precoce/PNUD	
	4.2. Formação e capacitação dos membros da rede parlamentar	Grupo de trabalho multisectorial CONPREC	PNUD Membros da Rede Parlamentar para RRC	X	X	X	X	15.000	0	15.000 Outros parceiros
	4.3. Avaliação das actividades preconizadas durante o ano económico.	Grupo de trabalho multisectorial	Financiador / PNUD		X	X	X	30.000	10.000 Projecto Alerta Precoce/PNUD	20.000
5. Estabelecer uma Plataforma Nacional para a RRC	5.1. Estabelecer uma Plataforma Nacional para a RRC (em linha com as orientações do ISDR (Estratégia Internacional para Redução das Catástrofes e as provisões do Quadro Sendai) que reúna todos os intervenientes no país: representantes das estruturas nacionais do governo, ministérios envolvidos, ONG, sistema das NU, parceiros de desenvolvimento e sector privado. - O papel da Plataforma Nacional para a RRC é fomentar o diálogo nacional sobre as prioridades da RRC, contribuir para melhorar a consciência e o conhecimento sobre a RRC ao nível dos sectores e do governo e facilitar a integração da RRC no desenvolvimento dos programas nacionais e sectoriais.	Todos os membros da Plataforma - CONPREC - Representantes das estruturas nacionais - ONG - Parceiros de desenvolvimento - Sector privado - Sociedade civil - Média	PNUD	X	X	X	X	40.000	0	40.000 PNUD Outros parceiros
	5.2. Estabelecer um Secretariado da Plataforma Nacional. - O Secretariado da Plataforma Nacional deve ser o ponto focal para o sistema de relatórios sobre a implementação do Quadro Sendai - O Secretariado da Plataforma Nacional deve ser mandatado para coordenar contribuições de varias instituições sobre a monitorização do Quadro de Acção Nacional para a RRC (ver actividade 4)	Secretariado da Plataforma Nacional CONPREC	PNUD Governo	X	X	X	X	10.000	0	10.000 PNUD Outros parceiros

	<p>5.3. Assegurar a operação da Plataforma Nacional.</p> <p>Para esta actividade, é necessário:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Organizar reuniões anuais da Plataforma Nacional ii. Organizar regularmente reuniões de trabalho do Secretariado da Plataforma Nacional (por exemplo, trimestralmente) 	<p>Todos os membros da Plataforma</p> <ul style="list-style-type: none"> - CONPREC - Representantes das estruturas nacionais - ONG - Parceiros de desenvolvimento - Sector privado - Sociedade civil - Média 	Governo MAI	X	X	X	X	6.000	0	6.000	Outros parceiros
6. Integração da RRC nos programas de implementação do ENRP II (segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza)	<p>6.1. Assegurar a integração das considerações do risco de catástrofes (incluindo o risco das mudanças climáticas) nos programas de implementação do ENRP II (segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza).</p> <p>Para esta actividade, é necessário:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Contratar um consultor ii. Organizar sessões de trabalho com o grupo de trabalho/instituição responsável pelo desenvolvimento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 	Plataforma Nacional/ Técnicos do CONPREC	PNUD	X	X	X		30.000	20.000	10.000	Outros parceiros
7. Estabelecer um mecanismo de coordenação dos doadores	<p>7.1. Estabelecer mecanismo de coordenação de parceiros técnicos e financeiros para assegurar um mapeamento de programas de apoio (incluindo os relacionados com a redução de risco e adaptação às mudanças climáticas) e troca de informações regulares.</p> <p>Para esta actividade, é necessário:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Contratar um consultor para mapear: (1) os projectos existentes para a RRC e adaptação às mudanças climáticas; e (2) os mecanismos de financiamento disponíveis para a RRC e adaptação às mudanças climáticas 	Plataforma Nacional	PNUD	X	X	X	X	50.000	0	50.000	UE BM Outros parceiros

	(os procedimentos de aplicação de forma a identificar novas opções potenciais de financiamento tanto para a adaptação às mudanças climáticas como a RRC) ii. Criar uma base de dados compreendendo informações sobre os projectos financiados e actualizar regularmente.									
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 2.								283.500	132.500	151.000

Prioridade 3: Investir na resiliência económica, social, cultural e ambiental

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
I. Medidas estruturais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas										
1. Medidas de adaptação e de mitigação adoptadas e as populações trasladadas para zona segura (reassentamento).	<p>Segunda fase - Projecto de Adaptação às Mudanças Climáticas para as Zonas Costeiras (PAMCZC) - começando em finais de 2016 ---</p> <p>Os elementos básicos seriam os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segunda fase de protecção costeira em Ribeira Afonso, Santa Catarina, Malanza, e Praia Burra: <ul style="list-style-type: none"> - Continuação de medidas de adaptação - Suporte à zona de expansão comunitária - Assistência aos mais vulneráveis - Promoção de infraestruturas sociais (casas sociais, etc) - Cash for works - Apoio às Câmaras Municipais para planeamento resiliente 2. Primeira fase de protecção costeira em novas comunidades costeiras (Praia Gamboa, Lochinga, Micolo, Pantufo, Melão, lo grande, Abade) <ul style="list-style-type: none"> - Planeamento espacial participativo - Medidas de adaptação - Envolvimento comunitário - Apoio aos comités de gestão de risco - Formação contínua do comité de gestão e a população. 	PAMCZC UN-Habitat	CONPREC MARAPA		X	X	X	6.000.000	6.000.000	0
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 3 – I. Medidas estruturais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas								6.000.000	6.000.000	0

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
II. Medidas de prevenção no sector da agricultura, pescas, segurança alimentar										
1. Resiliência da população adoptada através das políticas de agricultura integrada, promotoras de produção alimentar diversificada, lideradas pelas cooperativas, associações de pequenos agricultores e produtores familiares individuais, para garantir a disponibilidade de bens alimentares (mudar por segurança alimentar) a toda a população incluindo às escolas, de forma contínua, ininterrupta e de boa qualidade, tendo em atenção as mudanças climáticas.	1.1. Continuar a implementação e o seguimento dos projectos em curso tais como: <ul style="list-style-type: none"> i. Cultura Alimentar ii. Horticultura Urbana e Periurbana iii. Produção Industrial de Palmar iv. Renovação de Cacaual v. PDSA/ PDSA-II (Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar) vi. Reforço das Capacidades Rurais aos Efeitos das Mudanças Climáticas em STP nos Distritos de Cauê, Mé-Zóchi, RAP, Lembá, Cantagalo e Lobata 	MADR Direção da Agricultura e Desenvolvimento Rural DGA INM PRIASA PNASE DGRNE Associação dos Produtores ONG	PNUD FAO BAD/AfDB	X	X	X	X	Orçamentos de projetos existentes	Orçamentos de projetos existentes	Orçamentos de projetos existentes
	1.1. Realizar o recenseamento agrícola nacional.	MADR DIRECÇÃO PLANEAMENTO AGRÍCOLA	INE, FAO Missão Técnica China Taiwan					200.000	0	200.000 PAPAC
	1.2. Conceber e realizar um programa de formação de recursos humanos em todos os domínios do sector primário (Agricultura, Pesca, Floresta e Pecuária).	MADR	CATAP Direcção Planeamento Agrícola, Direcção de Pecuária, Direcção de Agricultura e Direcção de Florestas. Ministério da Educação					50.000	0	50.000 Instalações de CATAP PAPAC
	1.3. Elaborar um Plano de Acção Estratégico para o Fornecimento de Produtos Agropecuários Locais e das pescas a serem fornecidos às Escolas do ensino básico (Definição dos Produtos, Identificação e Sensibilização dos Produtores, Levantamento das Necessidades dos Produtos Locais seleccionados, assim como das pescas para as Escolas, respeitando a ração alimentar prevista na Lei N.º.	MADR e Ministério da Educação, cooperativa dos agricultores	FAO Cooperação Brasileira, ONGs					10.000	0	10.000 PFNL/ PAPAC/ FAO

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	04/2012 – Lei da criação do PNASE - Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar).									
	1.4. Realizar palestras e campanhas de sensibilização no terreno sobre a conservação dos produtos pesqueiros e a forma de realizar uma pesca segura.	Ministério da Economia Cooperação Internacional.	Direcção das Pescas, MARAPA ONGs, Associações de Pescadores, Capitania dos Portos. Direcção de Indústria, Instituto do Mar.					8.000	0	8.000 PAPAC/ FAO/ PFNL
	1.6: Promover produções agrícolas não sazonais	MADR;	INM, CIAT, CADR		X	X		250.000	0	250.000 Parceiros de cooperação
2. Carta de potencialidades agrícolas do país (CPAP) revista, actualizada, aprovada e enquadrada na legislação do país	2.1. Rever e actualizar a carta de potencialidade agrícola	MADR	Direcção de Reforma Fundiária Direcção ordenamento do Território, Direcção Geral do Ambiente		X			50.000	0	50.000 Parceiros de cooperação
	2.2. Realizar ateliers de revisão, campanhas de divulgação, implementação da Carta (CPAP)	MADR			X			20.000	0	20.000 Parceiros de cooperação
	2.3. Elaborar a Proposta de Lei para regularizar o uso e ocupação das terras.	MADR, MRNA	Direcção Reforma Fundiária, Direcção Ordenamento Território		X			20.000 Consultor nacional	0	20.000 Parceiros de cooperação
	2.4. Proceder ao Seguimento e verificação do cumprimento das opções técnicas da Carta (CPAP).	MADR	Direcção de Agricultura, Direcção de		X	X	X	5.000	0	5.000

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
			Planeamento Agrícola, Direcção Reforma Fundiária.					Meios rolantes e capacidade e técnica		Parceiros de cooperação
	2.5. Elaborar uma proposta técnica sobre a necessidade de integrar a CPAP no quadro jurídico nacional e promover uma discussão técnica com os parceiros sociais antes de submeter a aprovação das autoridades competentes.	MADR	Direcção Reforma Fundiária e Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura		X	X		8.000 Consultor nacional + Atelier	0	8.000 Parceiros de cooperação
3. Estudos para concepção do crédito agrícola elaborado	3.1. Elaborar estudos para concepção do crédito agrícola e criar condições para a sua implementação.	MADR	Direcção Planeamento Agrícola, Direcção de Agricultura Direcção A. C. Desenvolvimento Rural, Ministério das Finanças		X	X		15.000 Especialista em Crédito Agrícola	0	15.000 Parceiros de cooperação
								Recursos necessários	Recursos alocados	Recursos a mobilizar
Orçamento total para a Prioridade 3 – II. Sector da agricultura, pescas, segurança alimentar.								636.000	0	636.000
III. Medidas de prevenção no sector do planeamento do uso da terra, planeamento urbano										
1. Quadro legal e regulador do uso da terra, planeamento urbano e rural, assim como a posse da terra, actualizado e aprovado, integrando	1.1 Conceber, elaborar, promover a discussão técnica com os parceiros sociais e submeter a aprovação das autoridades competentes de uma proposta técnica sobre o Quadro Legal e Regulador para o Uso da Terra integrando o conceito de RRC.	MIRNA	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, DOPU, DGSC, Direcção da Reforma Fundiária,		X	X		10.000 Consultor Nacional	0	10.000 Parceiros de cooperação

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
a carta geotécnica nacional e os riscos de desastre decorrentes do clima e do ambiente			Direcção das Florestas, Instituto Nacional de Estatística, INAE							
	1.2. Conceber, elaborar, promover a discussão técnica com os parceiros sociais e submeter a aprovação das autoridades competentes de uma proposta técnica sobre o Planeamento Urbano e Rural integrando o conceito de RRC.	MADRP/MIRNA	Direcção de reforma fundiária, DOPU e DGSC		X			10.000	0	10.000 Parceiros de cooperação
	1.3. Integrar aspectos geológicos na actualização da cartografia nacional.	MRNA	Laboratório de Eng. Civil, DGRNE, DGSC		X			5.000	0	5.000 Parceiros de cooperação
	1.4. Rever e actualizar o Regulamento de Edificações e da Habitação Urbana de STP, Regulamento de Actividades de Empreiteiros e de Obras Públicas e Particulares no sector da construção civil integrando o conceito de RRC.	MRNA	DOPU, IH, Lab. Nacional de Eng Civil		X			8.000	0	8.000 Parceiros de cooperação
	1.5. Rever e actualizar os regulamentos, critérios, normas para concessão de terras para fins diversos.	MIRNA MADR	DSGC e Reforma Fundiária		X			3.000	0	3.000 PNUD / FAO
2. Mapeamento geológico nacional elaborado e aprovado incluindo estudos de impacto ambiental	2.1. Criar uma equipa técnica para realização de estudos das fontes Geológicas.	MIRNA	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, Direcção das Florestas, DOPU, DGA, DGSC, Ministério das Finanças, Reforma Fundiária, Associação dos Geólogos		X	X		25.000	0	25.000 Parceiros de cooperação
	2.2. Velar pela implementação das recomendações dos estudos realizados e aplicar as sanções aos	MIRNA	Direcção Geral dos Recursos		X	X	X	0	0	0

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	infractores com base na verificação dos estudos de impacto ambiental.		Naturais e Energia, Direcção das Florestas, DOPU, DGA, DGSC, Ministério das Finanças, Direcção das Florestas, REFORMA FUNDIÁRIA.							
	2.3. Conceber e elaborar uma proposta técnica a ser integrada na legislação nacional que torne obrigatório os estudos de impacto ambiental e o parecer da Protecção Civil na aprovação de grandes projectos.	MIRNA MAI	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, Direcção das Florestas, DOPU, DGA, DSGC, Ministério das Finanças, Direcção das Florestas, REFORMA FUNDIÁRIA. SNPCB		X	X	X	2.000	0	2.000 Governo
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 3 – III. Sector do planeamento do uso da terra, planeamento urbano								63.000	0	63.000
IV. Medidas de prevenção no sector da agua, saneamento e higiene										
1. Sistemas de drenagem da água da chuva e de micro-irrigação estabelecidos.	1.1. Realizar estudos para criação dos dispositivos de recolha, armazenagem e drenagem das águas da chuva.	DGA (MIRNA)	IM, SAÚDE, AUTARQUIA, CONPREC, D FLORESTA, DGRNE		X	X		10.000	0	10.000 Parceiros de cooperação

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	1.2. Promover e realizar campanhas de sensibilização da população em matéria de preservação e manutenção dos dispositivos de drenagem da água de chuva	DGA (MIRNA)	IM, SAÚDE, AUTARQUIA, CONPREC, D FLORESTA, DGRNE					5.000	0	5.000 Parceiros de cooperação
2. 3.	3.1. Realizar estudos para determinação das fontes hídricas e rede de distribuição, assim como estudos para o tratamento da água poluída.	Direcção dos Recursos Naturais e Energia (MIRNA)	EMAE, Direcção das Florestas, , DGA, DGSC, Ministério das Finanças, DGRNE.		X	X		10.000	0 Governo	10.000 Parceiros de cooperação
4. Rede de saneamento reforçado incluindo a sistematização do tratamento do lixo	4.1. Realizar estudos sobre o tratamento de águas residuais domésticas.	DGA (MIRNA), DGRNE, , EMAE AUTARQUIAS	SAÚDE, CIAT,		X	X		5.000	0	5.000 Parceiros de cooperação
	4.2. Realizar Campanhas de sensibilização para a classificação dos resíduos sólidos.	DGA (MIRNA), , AUTARQUIAS, DGRNE	SAÚDE, Comunicação Social (PP) ONGs		X	X		5.000	0	5.000 Parceiros de cooperação
	4.3. Assegurar a colocação de contentores adequados nas áreas urbanas.	DGA (MIRNA), DOPU, AUTARQUIAS	SAÚDE		X	X		5.000	0	5.000
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 3 – IV. Sector da água, saneamento e higiene								40.000	0	40.000
V. Medidas de prevenção no sector da saúde										
1. Avaliação das infra-estrutura da saúde realizada segundo o índice da OMS	1.1. Estabelecer um cronograma de actividades conducente a garantir a realização da avaliação das infraestruturas da saúde segundo o Índice da OMS:	MINISTÉRIO DA SAÚDE	OMS Comunicação Social ONG's		X			5.000	0	5.000

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	<p>Para esta atividade, é necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Divulgar o Índice da OMS para avaliação das infraestruturas da saúde pelos profissionais da saúde de forma a garantir a sua adesão por ocasião da realização do Estudo. ii. Proceder ao recrutamento da equipa técnica para proceder a essa avaliação. iii. Mobilizar os recursos financeiros necessários para a sua implementação. iv. Proceder a divulgação dos resultados da avaliação pelos profissionais de saúde. v. Criar condições para a implementação do Estudo realizado. <ul style="list-style-type: none"> - Realização de Inquéritos. - Inventários - Visitas 									
2. Formação do pessoal da saúde na prevenção de doenças de origem hídrica, imunização, nutrição e campanhas de sensibilização sobre doenças preveníveis por vacina realizadas	2.1. Elaborar e implementar um programa de Formação dos Técnicos	MINISTÉRIO DA SAÚDE	OMS ONG		X	X	X	20.000	0	20.000 PNUD / OMS Brasil Tawan Portugal India
	2.2. Proceder a realização de Palestras e Campanhas de Sensibilização no Terreno.	MINISTÉRIO DA SAÚDE	OMS/ Comunicação Social ONG		X	X		8.000	0	8.000 PNUD / OMS Brasil Tawan Portugal India

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orcamento total para a Prioridade 3 – V. Sector da saúde								33.000	0	33.000
VI. Medidas de prevenção no sector do turismo										
1. Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Sector do Turismo (ENDT) integrando a RRC	1.1. Revisão da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Sector do Turismo (ENDT) Para esta actividade, é necessário: i. Proceder ao recrutamento de uma equipa técnica nacional/ grupo de trabalho para apoiar o sector do turismo na actualização da ENDT - integrando a RRC ii. Elaborar Estudos, Planeamento, Inquéritos para o conhecimento mais aprofundado dos principais desafios do sector de forma a encontrar elementos de respostas para os mesmos. iii. Finalizar, aprovar e divulgar a ENDT	Direcção Geral do Turismo e Hotelaria (Ministério da Economia e Cooperação Internacional) CONPREC/ Plataforma Nacional RRC/ SNPCB	Ministério das Finanças, Ministério da Saúde, MIRNA, Ministério do Administração Interna, e Defesa e do Mar, MADR, AUTARQUIAS, Cooperação Bilateral ou Multilateral		X			25.000	0	25.000 Parceiros de cooperação Bilateral ou Multilateral
2. Construção do sistema de infraestruturas hoteleiras para prevenir casos de catástrofes naturais e evacuação.	2.1. Assegurar a aprovação das normas de construção de instalações hoteleiras.	Direcção Geral do Turismo e Hotelaria (Ministério da Economia e Cooperação Internacional) SNPCB SMF	Ministério das Finanças, Ministério da Saúde, MIRNA, Ministério da Administração Interna, Ministério da Defesa e do Mar, MADR, AUTARQUIAS, Cooperação Bilateral ou Multilateral		X	X	X	22.000	0	22.000 Parceiros de cooperação
	2.2. Assegurar o registo de turistas em cada hotel e estabelecer os procedimentos operacionais standards com embaixadas estrangeiras para evacuação em caso de catástrofes naturais					X			5.000 Atelier nacional	0

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 3 – VI. Sector do turismo								52.000	0	52.000
VII. Medidas para empoderamento da Mulher e a igualdade de género										
1. Maior percentagem de mulheres no Quadro Nacional do RRC assegurado, incluindo uma particular atenção aos Portadores de Deficiência e Idosos perante Catástrofes Naturais.	1.1. Nomear um ponto focal do género com CONPREC e a Plataforma Nacional DRR	INPG	Direcção do Ensino Básico e Superior, Ministério da Saúde, PNUD, OMS, ONGs	X	X	X	X	0	0	0
	1.2. Instituições responsáveis devem fazer um apelo para o tema o género seja integrado nas políticas sectoriais com um foco nas mulheres mais vulneráveis aos riscos	Ministério do Emprego e Assuntos Sociais		X	X	X	X	0	0	0
	1.3. Realizar um atelier nacional sobre o RRC e o papel das mulheres no âmbito da Plataforma Nacional	Rede de Mulheres em STP			X			10.000	0	10.000
	1.4. Realizar sessões de formação e sensibilização ao nível local (por exemplo, em comunidades vulneráveis) para que as mulheres conheçam a importância do meio ambiente na sua vida e possam contribuir para redução do impacto de catástrofes.	Plataforma Nacional RRC			X		X	10.000	0	10.000
	1.5. Criar e publicar uma brochura sobre as mulheres e RRC	CONPREC				X		8.000	0	8.000
	1.6. Disseminar a publicação de instituições estatais									Parceiros de cooperação
2. Planos de contingência e de resposta às emergências que salvaguardam medidas específicas para o acolhimento	2.1. Incorporar o tema de género nos Planos de contingência	Ministério do Emprego e Assuntos Sociais	SNPCB, Ministério da Saúde PNUD FNUAP OMS ONGs	X	X			10.000	0	10.000
	2.2. Realizar simulações / exercícios, tendo em conta as mulheres, crianças e pessoas com mobilidade reduzida	CONPREC INPG							PNUD/ Alerta Precoce	PNUD BM FNUAP Outros parceiros

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
de Mulheres, crianças e pessoas com mobilidade reduzida e Idosos, assegurados, prevendo instalações específicas para o efeito		DGA	CLGR UNICEF Autarquias							
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 3 – VII. Empoderamento da Mulher e a igualdade de género								38.000	0	38.000
VIII. Proteção e conservação ambiental										
1. Terceiro Inventário florestal nacional realizado, incluído a cartografia de utilização do solo, tipos de floresta com particular atenção para a redução dos incêndios florestais	1.1. Criação de uma equipa técnica para a realização do terceiro (3º) inventário florestal nacional e realização do Plano Cartográfico com a definição dos tipos e usos das florestas com particular atenção para a redução dos fogos florestais.	MADR Direção das Florestas	PNOT, PNP Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, DGA, DSGC, Dir Reforma Fundiaria, INM		X	X	X	250.000 Programa de formação para os técnicos	0	250.000 Praceiros de cooperação
2. Plano de Desenvolvimento Florestal elaborado e aprovado.	2.1. Criar uma equipa Técnica para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Florestal.	MADR Direcção de Florestas	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, DGA, DSGC, Ministério das Finanças, INM, Dir de Reforma Fundiaria, Poder Local, ONG					35.000	0	35.000 GEF 6
	2.2. Assegurar a elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Florestal.							0	0	0
	2.3. Integrar as comunidades rurais na gestão dos recursos florestais e na implementação de um programa de luta contra os fogos florestais no quadro da RRC.							10.000	0	10.000 GEF 6
	2.4. Fazer advocacia junto aos decisores políticos para a implementação das recomendações							0	0	0

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
3. Quadro Legal/Regulador, Unificado, Aplicado com a supervisão garantindo a Avaliação do Impacto Ambiental de Todos Empreendimentos, Mantendo o Uso e Disseminação das Informações Contidas no Observatório Ambiental Ligados a Base de Dados /Plataforma de Risco de Catástrofes	3.1. Elaborar normas legais que possibilitem a avaliação obrigatória do impacto ambiental e de riscos para todos os grandes empreendimentos realizados e a realizar no País.	MADR	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, Direcção das Florestas, DGA, DSGC, Ministério das Finanças, INM, REFORMA FUNDIÁRIA.					15.000	15.000 PNUD	0
4. Observatório Ambiental funcional	4.1. Assegurar a recolha e o tratamento de dados pelo Observatório Ambiental para garantir a divulgação regular de informações através de publicações.	MADR Plataforma Nacional RRC	Direção Geral dos Recursos Naturais e Energia, Direcção das Florestas, DGA, DSGC, Ministério das Finanças, INM, REFORMA FUNDIÁRIA.	X	X	X	X	50 000	50.000 PNUD/ Alerta precoce/ Adaptação	0
	4.2. Realizar campanhas de informação, sensibilização e divulgação sobre o ambiente e os riscos de catástrofes.					X	X	X	30.000	30.000 PNUD/ Alerta precoce/ Adaptação
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 3 – VIII. Protecção e conservação ambiental								390.000	95.000	295.000
Orçamento total para a Prioridade 3								7.252.000	6.095.000	1.177.000

Prioridade 4: Melhorar o estado da preparação para responder aos desastres de forma eficaz e para "melhor reconstruir " durante a fase de recuperação, de reabilitação e reconstrução

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
Prioridade 4: Melhorar o estado da preparação para responder aos desastres de forma eficaz e para "melhor reconstruir " durante a fase de recuperação, de reabilitação e reconstrução										
<i>Resultado esperado: São Tomé e Príncipe tem implementado o reforço de capacidades em todos os níveis para fortalecer o estado de preparação para a resposta às emergências e a recuperação, reabilitação e reconstrução, integrando a redução de riscos de catástrofes nas acções (medidas) de desenvolvimento.</i>										
4.1 Coordenação eficiente para a preparação e resposta às emergências estabelecida em São Tomé e Príncipe.	4.1.1. Listagem de todas as Instituições (e respectivos projectos) envolvidas em gestão de catástrofes (preparação, resposta, prevenção, mitigação, etc.) e revisão das áreas de responsabilidade e funções das mesmas para evitar duplicações e estabelecer parcerias.	CONPREC SNPCB	Todas as instituições com responsabilidade de gestão de catástrofes	X				0	0	0
	4.1.2. Revisão do Decreto-Lei 17/2011 para definir papel de coordenação do CONPREC, do SNPCB, níveis de responsabilidade e de prestação de contas das várias instituições com papel na gestão de catástrofes. <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de membros do CONPREC • Reuniões com outras instituições que deverão fazer parte do CONPREC • Atelier de validação 	MAI	CONPREC, SNPCB e Instituições membros	X	X			5.000	0	5.000 Outros parceiros
	4.1.3. Revisão dos planos de contingência existentes (nacionais e sectoriais: Plano Nacional do CONPREC, Plano Epidemias, etc.) e estabelecimento de ligação entre os mesmos.	MAI (CONPREC, SNPCB)	Todas as instituições com responsabilidade de gestão de catástrofes	X		X		5.000	0	5.000 Banco Mundial
	4.1.4. Actualização do Plano Nacional de Contingência multi-riscos.	MAI (CONPREC, SNPCB)	Instituições nacionais, agências das NU e ONGs	X		X		10.000	10.000	0 PNUD/ Projecto

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões de subcomité responsável pela redacção do Plano Atelier de validação do Plano 								Alerta Precoce	
	4.1.5. Preparação de Planos de contingência regional, distrital, em linha com o Plano Nacional de Contingência. <ul style="list-style-type: none"> 1 Atelier na Região Autónoma do Príncipe 6 Ateliers distritais 	CONPREC, SNPCCB	MAI, PNUD, ONGs		X	X	X	10.000	0	10.000 Banco Mundial Outros parceiros
	4.1.6. Organização de exercícios de simulação anuais para testar Planos de Contingência	CONPREC	Instituições membros do CONPREC, MAI, Câmaras Distritais, PNUD, ONGs	X	X	X		105.000 (45.000 em 2016 e 30.000 em cada um dos anos seguintes)	0	105.000 PNUD e Outros parceiros
	4.1.7. Dotação ao CONPREC de recursos financeiros, recursos humanos, formação, meios e equipamentos adequados ao seu funcionamento e para realização das suas actividades. <ul style="list-style-type: none"> Equipamento Formação Fundo de manio 	MAI	Instituições membros do CONPREC, PNUD, Parceiros internacionais	X	X	X	X	50.000	0	50.000 Outros parceiros
4.2. Capacidades de resposta (recursos humanos, equipamento, formação, especialistas, etc.) estabelecidas e operacionais.	4.2.1. Operacionalização do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros com pessoal, formação e equipamento adequados. <ul style="list-style-type: none"> Equipamento Formação Fundo de manio 	MAI	SNPCCB, Câmaras		X	X	X	200.000	0	200.000 Governo/ PNUD / BM/ Cooperação Multilateral e Bilateral/ Geminacão

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
										o, Outros parceiros
	<p>4.2.2. Operacionalização da Guarda Costeira, como entidade responsável pelas operações de busca e salvamento no mar, com pessoal, equipamento e formação adequados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento • Formação • Fundo de manei 	MAI, MDM	MAI, MS, IMAP, CONPREC, SNPCB, INAC	X	X	X	X	200.000	0	200.000 Governo/ PNUD / BM/ Cooperação Multilateral e Bilateral, Outros parceiros
	<p>4.2.3. Criação e operacionalização de corpos de bombeiros na Região Autónoma do Príncipe e nos 6 distritos de ST.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento • Formação • Fundo de manei 	SNPCB	MAI, Câmaras e RAP	X	X	X	X	750.000	0	750.000 Governo/ PNUD / BM/ Cooperação Multilateral e Bilateral, Outros parceiros
	<p>4.2.4. Constituição e capacitação de mais comités comunitários de gestão de risco.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento • Formação 	CONPREC	Câmaras e RAP, PNUD, ONGs	X	X	X	X	30.000	0	30.000 BM Outros parceiros

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	4.2.5. Divulgação e sensibilização das leis e normas em vigor que regulam a acção dos bombeiros voluntários. <ul style="list-style-type: none"> Três facilitadores (SNPCB, CONPREC, MAI). 7 Ateliers – 1 RAP e 6 Distritos 	MAI, SNPCB	CONPREC, Câmaras distritais, RAP	X	X	X	X	20.000	0	20.000 Governo, BM, PNUD/ Alerta Precoce
	4.2.6. Reforço das capacidades dos actores nacionais em gestão de catástrofes (compreensão da GRC, RRC, elaboração de projectos, coordenação civil-militar, métodos e técnicas de avaliação de necessidades e de danos e perdas pós-desastre, etc.).	MAI, CONPREC, SNPCB, MDM	Instituições membros do CONPREC, PNUD, ONGs, etc.	X	X	X	X	20.000	0	20.000 Governo/ Parceiros de Desenvolvimento
	4.2.7. Discussão dos documentos de políticas e dos planos de preparação e resposta que envolva todos os intervenientes. <ul style="list-style-type: none"> Atelier a nível nacional 	MAI, CONPREC, SNPCB	Todas as instituições implicadas na gestão de catástrofes, PNUD, Câmaras, ONGs, MDM	X	X			8.000	0	8.000 Governo/ Parceiros de Desenvolvimento
4.3. Mecanismo de alerta precoce estabelecido e funcional.	4.3.1. Apoio ao funcionamento do sistema de alerta precoce (SAP) nacional multi-risco, integrando os outros SAP sectoriais (saúde, agricultura, etc.).	CONPREC, DADA, SAUDE	OMS, SAUDE	X	X	X	X	2.000	0	2.000 Governo / Parceiros de Desenvolvimento
	4.3.2. Harmonização de indicadores de modo a assegurar a integração de todos os SAP sectoriais.	CONPREC	PNUD, SAUDE, OMS	X	X			5.000	0	5.000 Governo/ Parceiros de Desenvolvimento
	4.3.3. Divulgação da informação hidrometeorológica disponível através dos órgãos de comunicação social nacionais, comunitários, etc.	CONPREC/ INM/ DGRNE	Comunicação Social, RC, CRR, CLGR, DGA/ Autarquias/ RAP	X	X	X	X	5.000	0	5.000 Governo/ PNUD/

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura de protocolos de cooperação com Comunicação Social 									BM/ Parceiros de Desenvolvimento
	<p>4.3.4. Formação do pessoal da rádio (incluindo rádios comunitárias), TV, imprensa escrita e centros de oportunidades digitais, para adequada difusão de alertas e intervenções recomendadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Atelier a nível nacional Atelier(s) a nível regional 	CONPREC	Meios de comunicação social /INM, Câmaras Municipais	X	X	X	X	50.000	0	50.000 Banco Mundial Outros parceiros
	4.3.5. Formação de membros do CONPREC na utilização de SIG.	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU, ONGs e comunidades	X		X		10.000	0	10.000 Banco Mundial Outros parceiros
4.4. Sistema integrado de gestão da informação estabelecido e funcional.	4.4.1. Constituição de equipa de gestão da informação a nível do CONPREC (pontos focais dos vários sectores), incluindo análise das tendências.	CONPREC	MAI e todos os serviços sectoriais	X	X	X	X	0	0	0
	4.4.2. Preparação e disponibilização de dados de base sectoriais para facilitar planeamento de intervenções.	CONPREC	MAI, Câmaras distritais e todos os serviços sectoriais	X	X	X	X	0	0	0
	4.4.3. Definição de quadro de análise do instrumento de avaliação rápida inicial de necessidades e comparação com dados de base para facilitar compreensão comum da situação.	CONPREC	MAI e todos os serviços sectoriais	X	X			2.000 Consultor	0	2.000 Governo
	4.4.4. Desenvolvimento de metodologia e instrumento comum para avaliação inicial rápida de necessidades (multi-sectorial) – Em curso	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a	X				2.000	0	2.000 Governo PNUD BM

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
			emergências, incluindo agências das NU							
	4.4.5. Formação para utilização da metodologia/instrumento	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU	X	X	X	X	5.000	0	5.000 Governo PNUD BM
	4.4.6. Constituição e formação de equipas para avaliação de necessidades	CONPREC	Instituições nacionais, agências das NU e ONGs	X	X			2.000	0	2.000 Governo PNUD BM
	4.4.7. Melhoria do fluxo de informação entre o nível central, distritos e os comités locais.	CONPREC	Câmaras Distritais, Comités locais, PNUD, ONGs	X	X			5.000	0	5.000 PNUD BM
	4.4.8. Definição e aplicação de metodologia e instrumentos para monitoria e avaliação das actividades em curso.	CONPREC	Instituições nacionais, agências das NU e ONGs	X	X			2.000	0	2.000 PNUD BM
	4.4.9. Constituição e formação de equipas para monitoria e avaliação.	CONPREC	Instituições nacionais, agências das NU e ONGs	X	X			2.000	0	2.000 PNUD BM
4.5. Recursos operativos (material, equipamento) disponíveis	4.5.1. Inventário das capacidades existentes a nível de todas as Instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências.	CONPREC, SNPCCB	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências	X	X	X	X	0	0	0
	4.5.2. Estimativa das necessidades sectoriais para resposta de emergência aos riscos identificados.	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a	X	X	X	X	0	0	0

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
			emergências, incluindo agências das NU e ONGs							
	4.5.3. Inventário das capacidades disponíveis por sector e localização das mesmas (mapeamento).	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU e ONGs	X	X	X	X	0	0	0
	4.5.4. Identificação de estruturas adequadas a nível nacional e distrital e RAP (+ mapeamento da localização) para pré-posicionamento de stocks de contingência.	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU e ONGs	X	X	X	X	0	0	0
	4.5.5. Pré-posicionamento de stocks de contingência na RAP e em áreas de difícil acesso.	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU e ONGs	X	X	X	X	20.000	0	20.000 PNUD Governos BM Outros parceiros
	4.5.6. Listagem (contactos) de todos os potenciais fornecedores de artigos para resposta de emergência e prestadores de serviços – país e exterior.	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU e ONGs	X	X	X	X	0	0	0
	4.5.7. Definição de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) de modo a identificar uma abordagem adequada de	CONPREC, SNPCB,	MAI, Todas as instituições envolvidas na preparação e	X	X	X	X	2.000	0	2.000 Governos

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
	resposta às emergências e a coordenação entre instituições.		resposta a emergências, incluindo agências das NU e ONGs							
	4.5.8. Definição de protocolos claros para activação, recepção e coordenação de assistência internacional, incluindo vistos, bens para assistência e apoio em telecomunicações, procedimentos alfandegários e arranjos de coordenação civil-militar.	CONPREC	Todas as instituições envolvidas na preparação e resposta a emergências, incluindo agências das NU e ONGs	X	X	X	X	2.000	0	2.000 Governo
	4.6.2. Lei de RRC inclui disposições para a cooperação internacional nas respostas às catástrofes bem como nas fases de recuperação e de reconstrução.	CONPREC	MAI					0	0	0
	4.6.3. Acções de sensibilização a nível nacional, distrital e regional para que todos os planos incluam actividades de mitigação, prevenção e preparação, de forma a contribuir a um desenvolvimento sustentável.	CONPREC	MAI	X	X	X	X	5.000	0	5.000 Governo
	4.6.4. Os Planos/Quadros de Acção Sectoriais para a Reabilitação incluem medidas claras de prevenção, mitigação.	CONPREC	MAI	X	X	X	X	0	0	0
	4.6.5. Formação sobre metodologia e orientações para Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofes, ou assegurar que seja oferecida aos representantes do governo a possibilidade de participar em formações regionais.	CONPREC	PNUD		X	X	X	3.000	0	3.000 PNUD BM
4.7. Mecanismo de financiamento de urgência funcional.	4.7.1. Advogar junto ao Governo para desbloqueamento atempado de fundos para resposta às emergências.	CONPREC	Governo	X				500	0	500
	4.7.2. Identificação de um modelo para equipa de peritagem para desbloqueamento mais rápido do Fundo de Resposta de Emergência (FRE)	CONPREC e MTAS	Governo	X	X			0	0	0
	4.7.3. Constituição da equipa de peritagem.	CONPREC e MTAS	Governo	X	X			0	0	0

Resultados esperados	Actividades	Instituição responsável pela execução e seguimento	Instituição (s) parceira (s) e / ou outros parceiros na implementação	2016	2017	2018	2019	Recursos necessários (descrição e montante total) [USD]	Recursos alocados (descrição e quantidade total) [USD]	Recursos a mobilizar [USD] e Potenciais parceiros
4.8. Capacidades do Ministério da Saúde em termos de preparação e resposta às emergências reforçadas.	4.8.1. Revisão do quadro institucional da Saúde e do CONPREC para evitar duplicações.	MS e CONPREC	Governo	X	X			0	0	0
	4.8.2. Formação de pessoal nível local sobre: 1ºs socorros, triagem e estabilização de pacientes	MS, SNPCB, CV	Governo		X			20.000	0	20.000 Outros parceiros
	4.8.3. Formação de tripulação de ambulância.	MS, SNPCB, CV	Governo		X			10.000	0	10.000 Outros parceiros
	4.8.4. Formação de técnicos dos Centros de Saúde e Hospitais em saúde em emergência	MS,SNPCB, CV	Governo		X			10.000	0	10.000 Outros parceiros
	4.8.5. Criar mecanismos operacionais a nível dos hospitais e centros de saúde.	MS	Governo	X	X			50.000	0	50.000 Outros parceiros
	4.8.6. Criação e gestão de stocks (Saúde) de emergência.	MS	Governo	X	X	X	X	120.000	0	120.000 BM
	4.8.7. Definição e divulgação de procedimentos de evacuação rápida.	MS	Governo	X	X			1.000	0	1.000 Governo
	4.8.8. Actualização do plano nacional de emergência da Saúde e alinhamento com o Plano Nacional de Contingência Multi-riscos.	MS	CONPREC, SNPCB, CV	X	X			0	0	0
								Recursos necessários [USD]	Recursos alocados [USD]	Recursos a mobilizar [USD]
Orçamento total para a Prioridade 4.								1.748.500	10.000	1.738.500